

A agravar este estado de miséria geral, as pragas de gafanhotos fizeram a sua reaparição por volta de 1894, devorando frequentemente as sementeiras (37, II, p. 90).

Em abono da verdade, deve dizer-se que às razias dos Angunes deviam acrescentar-se as dos guerreiros dos régulos avassalados, que, nas suas incursões pelas terras alheias, constantemente roubavam as povoações, para conseguirem alimentação. Isto transparece, claramente, dos relatos de Longle (42) e de Matheus Serrano (76, p. 442).

A tradicional política seguida pelos Angunes, de assimilação das mulheres e filhos menores dos guerreiros vencidos (que eram, normalmente, abatidos), parece ter sofrido, com o decorrer do tempo, considerável deturpação. Os imparciais missionários da Missão Suíça Romanda fizeram eco, repetidas vezes, no seu *Boletim* (69, pp. 99 e 132), dos impiedosos massacres de homens chopos e da redução à escravatura das suas mulheres e filhos. O Dr. Liengme (41) também veio encontrar, em 1894, a escravatura doméstica florescente.

5 — O EXTERMÍNIO DO ARMENTIO E OS SEUS EFEITOS NO LOBOLO

As invasões dos Angunes provocaram modificações tão profundas em outros aspectos da vida dos autóctones do Sul de Moçambique que, também por via indirecta, contribuíram para lançar os varões na procura de trabalho assalariado. A mais importante dessas modificações foi, sem dúvida, a impossibilidade em que os jovens se viram de pagar o lobolo por meio de gado. Este havia sido quase exterminado pelas guerras, saques e pestes.

Diocleciano das Neves narra o facto de o Manicusse ter sido forçado a alterar a sua decisão primitiva de se estabelecer definitivamente no país dos Cossas, por a mosca tsé-tsé lhe haver dizimado muito gado. Depois, durante as campanhas, o gado apreendido constituiu, sem dúvida, o alimento preferido dos guerreiros invasores. Lembremo-nos de que a sua cultura era, principalmente, a de pastores de bovinos (39). De resto, era o tipo de alimentação mais conveniente a quem era forçado a constantes deslocações e a estrénuos esforços. Por exemplo, na incursão que Muzila fez à região entre o rio Incomáti e os montes Libombos, «a força penetrou inesperadamente nas povoações, matou o

chefe e levou todo o gado, que consistia em 500 bois e 200 carneiros. Esse gado foi a salvação do exército, que já nada tinha que comer» (48). A ânsia dos invasores em obterem gado era de tal ordem que não hesitavam entrar em conflito com os Portugueses. Sabemos, por exemplo, que a recusa dos habitantes de Manica de entregar a uma manga de angunes, comandada por um tal Caiongue, o gado dos indígenas da região que tinham vindo pedir protecção, foi a única causa do assalto ao forte. O comandante e a guarnição, os missionários e os comerciantes, chegaram a defender-se com balas de ouro, assim que se acabou o chumbo; mas, obrigados a render-se por mingua de água, foram, na totalidade, massacrados (4, p. 130).

Quanto às consequências destes roubos ou abates sistemáticos do armento dos Tongas e Chopes, Junod (37, I, p. 285) é bem conciso:

«A falta de bois, causada provavelmente delas guerras com os Zulos, foi, sem dúvida, a razão por que os substituíram por enxadas, que se empregaram de 1840 a 1870... Mas as enxadas foram, por sua vez, substituídas pela poderosa libra esterlina... Em 1870... foram para Kimberley muitos indígenas... e a moeda de ouro começou a espalhar-se pela tribo... Nos princípios do século actual o preço médio (por uma rapariga) era de dezoito libras nos arredores de Lourenço Marques... Esta espécie de lobolo (em libras) é muito mais fácil de obter... porque o estágio de um ou dois anos em Johannesburg é suficiente para amealhar a quantia necessária.»

E em outro local (37, II, p. 46) torna a frisar que, «antes da invasão zula, havia muitos bois na região tonga» e que «os guerreiros angonis roubaram-nos e mataram-nos em massa» (1).

Foi nesta conjuntura que o trabalho assalariado veio permitir a obtenção, sem grande custo, do lobolo, outrora tão difícil para os rapazes sem irmãos, com a não pequena vantagem de que, não tendo as mulheres sido adquiridas por troca de bens familiares, desapareciam as complicações com os parentes (37, I,

(1) A posição desfavorável dos Tongas quanto a gado não escapou à atenção de Schapera e Goodwin (75, p. 137).

p. 287). Na sua descrição dos ritos matrimoniais, Junod (37, 1, p. 121) aponta que, não raro, o noivo, durante o período do noivado, partia para as minas a fim de completar o lobolo. A insistência deste e outros autores da época em tratar os emigrantes por «rapazes» parece, por si só, bastante significativa.

Que o pagamento do lobolo em libras se tornou geral em todo o território do Sul do Save, atestam-no também os relatos portugueses. Caldas Xavier (86, p. 21), que explorou o Limpopo em 1890, referindo-se às tribos ribeirinhas vitimadas pelas depredações dos Angunes, notou que «os rapazes destas desgraçadas tribos emigram em grande número para o Transval, em procura do trabalho pago a libras esterlinas, que lhes são necessárias para obterem mulheres em casamento». Ainda mais preciso é Matheus Serrano (76, p. 418) ao informar que, no mesmo ano, ao norte do Limpopo, o «dote» das noivas era de 100 enxadas ou 20 libras em ouro, devendo o pretendente dar ainda de uma a cinco peças de capulanas para a mãe e uma espingarda para o pai. Também Gomes da Costa (15, p. 39), falando, logo após a prisão do Gungunhana, dos changanas angunizados do distrito de Gaza, refere que o lobolo era, entre eles, de 12 a 20 libras ou de 6 a 10 cabeças de gado.

Ainda hoje a proporção dos emigrados atinge mais alto nível entre os jovens solteiros que partem na mira de juntar o dinheiro do lobolo ⁽¹⁾.

6 — A INTRODUÇÃO DA LIBRA ESTERLINA E A EXISTÊNCIA DA NOÇÃO DE COMÉRCIO ENTRE OS TONGAS

A transformação sofrida pela forma de pagamento do lobolo sugere que nos debruçemos sobre o fenómeno da introdução da libra como valor de troca. Relendo Junod, não pode deixar de surpreender como, no seu tempo, já a libra se transformara

⁽¹⁾ Num inquérito levado a efeito em Zavala concluiu-se, recentemente, que a necessidade de angariar meios para o pagamento do lobolo não é ali causa determinante da emigração. Apurou-se que, entre 354 emigrantes, apenas 85 eram solteiros; entre os casados havia 133 sem filhos, 63 com um filho, 39 com dois filhos, etc. Ainda que este inquérito tenha carácter fortuito, superficial e não sistemático, observaremos que dos 133 casados sem filhos muitos decerto contraíram matrimónio de fresca data e deviam, por conseguinte, prestações do lobolo. Se o seu número for adicionado ao dos solteiros, obter-se-ão 218 indivíduos, ou seja 61,5 % dos emigrantes.

num valor universalmente empregado e intimamente associado a todos os aspectos da vida tonga. Nas consultas a médicos e adivinhos, nas cerimónias da circuncisão e da puberdade feminina, no noivado, no casamento, no enterro, a libra e o xelim surgem-nos constantemente. Os impostos tribais e as multas aplicadas pelos tribunais consuetudinários eram pagos em libras — e bem pagos: 2 a 5 libras por roubo, 5 libras por danos nos campos, 30 libras por adultério com recusa de casamento, 8 libras (3 para o chefe e 5 para a vítima) por ofensas corporais, 25 libras por homicídio voluntário. Todos os trabalhadores regressados do Natal ou Transval deviam entregar ao chefe 1,5 libra. Também Noronha dá a conhecer que entre os regulados avassalados das cercanias de Lourenço Marques o pagamento do imposto era quase todo feito em moeda britânica (49).

repetido
na pg. 52

Enfim, a libra e o xelim deviam ser correntemente empregados pelos Tongas durante as décadas que precederam a chegada de Junod. Este autor é, de resto, o primeiro a acentuar (37, II, p. 138) que já nas primeiras trocas comerciais feitas com indianos, de que ainda se recordavam os velhos do seu tempo, se negociava em libras esterlinas. A introdução desta moeda deve ter sido em muito facilitada pela existência da noção de comércio na cultura tonga (37, II, p. 135), desenvolvida pelas trocas comerciais mantidas com os Europeus desde o século XVI, que, por sua vez, levaram os Tongas a organizar verdadeiras expedições mercantis ao interior (37, II, p. 138) (46, p. 48).

7 — OS COMERCIANTES ASIÁTICOS

Paulatinamente, esses comerciantes nativos que traficavam com as populações do interior foram substituídos por asiáticos, com quem lhes era impossível competir (37, II, p. 140). Apesar da insegurança que reinava em todo o território dominado pelos Angunes, bastantes desses asiáticos, na mira do lucro, não hesitavam em enfrentar todos os riscos. Matheus Serrano (76, p. 436), na viagem que realizou em 1890, deparou com um número considerável deles:

«... estes negociantes são algumas vezes maltratados nas suas fazendas e até nas suas pessoas, mas lá continuam,

porque de tudo se compensam, extorquindo ao preto o mais que podem.

As raças asiáticas no interior dos nossos distritos, logo a meio dia das suas sedes, tornam-se senhores absolutos; em Inhambane é um verdadeiro enxame à caça dos pretos que recolhem do Natal ou de Lourenço Marques, por causa das libras que depois mandam para a Índia, onde alcançam grande prémio. Preto que regresse à terra com ouro é logo assaltado por uma horda de mouros e baneanes, que o seduzem por todos os modos até que largue o dinheiro.»

Estes ávidos traficantes naturalmente que acolheram com alacridade a ocupação e a pacificação portuguesa, apressando-se a seguir na pegada dos militares. Gomes da Costa (15, p. 128) conta que logo após a prisão do Gungunhana se foram estabelecer em Gaza 900 comerciantes indianos, que «sugavam o país tirando dele o ouro que o preto trazia do Transval». É forçoso admitir que estes negociantes concorreram decisivamente para o aumento das necessidades monetárias dos indígenas, fornecendo, por conseguinte, um novo estímulo à emigração.

8 — AS ARMAS DE FOGO

Sabe-se que, durante muito tempo, as armas de fogo e a pólvora foram dos artigos mais procurados pelos consumidores tongas e chopes. Compreende-se esta preferência se reflectirmos que habitavam uma região abundante em caça, nomeadamente em elefantes. Na verdade, de meados do século XVI a princípios do século XVIII, foi sobretudo a riqueza em marfim (que trocavam por panos e contas) que levou os Portugueses a frequentarem, com certa regularidade, as baías de Inhambane e do Espírito Santo, bem como o rio Incomáti (46, p. 43). De 1703 a 1781 os Portugueses deixaram de aparecer, de modo regular, na baía do Espírito Santo, mas a eles se substituíram outros negociantes europeus e asiáticos.

Datam de 1597 as primeiras notícias da frequência da baía do Espírito Santo por navios estrangeiros (46, p. 71). A infiltração dos Indianos começou em 1687. De 1721 a 1730 instalaram-se os Holandeses. De 1731 a 1755 foram os Ingleses quem dominaram

o comércio com os aborígenes. No entanto, só em 1763, quando o tenente-coronel António José de Melo foi enviado em missão a Lourenço Marques, se soube, de fonte segura, que os estrangeiros trocavam marfim por armas de fogo, pólvora e balas (46, p. 79). Os Austríacos prosseguiram neste comércio de 1777 a 1781. A reocupação da baía pelos Portugueses de modo nenhum terminou com as trocas comerciais entre os estrangeiros e os nativos. Enfim, parece não haver dúvidas de que se deve a tais estrangeiros a introdução de armas de fogo entre os Tongas (46, p. 94).

A actividade venatória deve ter atingido bastante importância. No vívido relato que Diocleciano das Neves (48) nos deixou das lutas entre o Muzila e o Mauheua lemos que quando foram chamadas às armas, para auxiliarem o primeiro, as forças das terras da Coroa (Cafumo, Mahota, Magaia, Matola e Catembe), num total de 14 000 homens, se distribuíram aos caçadores de elefantes 3000 armas de fogo, com 60 cartuchos a cada. A essas armas e à perícia dos caçadores no seu manejo se deve, indubitavelmente, a vitória do Muzila.

Na pior fase da ocupação angule, é natural que a actividade venatória se tivesse sobreposto um outro motivo a fomentar a aquisição de armas de fogo: a necessidade de defesa e o desejo de contrabalançar o sentimento de permanente insegurança. Dois ou três anos de trabalho não eram considerados preço demasiadamente elevado a pagar por uma arma de fogo com que o seu possuidor teria possibilidades de melhorar a sua alimentação, obter marfim para venda, aumentar o seu prestígio e, enfim, ficar em posição de superioridade nas lutas que se travavam. Sabe-se, por exemplo, que no início da laboração diamantífera em Kimberley não houve dificuldades de mão-de-obra, porque a ânsia de obter armas de fogo levou muitos indígenas a oferecerem-se, voluntariamente, para o trabalho (82, 1903, App. xcii). No Transval oriental, no intuito de atrair trabalhadores, os patrões chegaram a distribuir armas de fogo em pagamento dos serviços prestados. Longle, viajando de Inhambane a Lourenço Marques em 1885, cruzou-se com uma força de irregulares ao serviço do Governo, dos quais 500 se encontravam armados de espingardas «que na maior parte lhes pertenciam» (42, p. 18). Enfim, Toscano (80, p. 122) dá-nos a conhecer que, em 1900, no Alto Limpopo, Guijá, Alto Save, Vilanculos, Sabié, Uanetze e Magude — regiões de caça —, havia nas mãos dos indígenas mais de 20 000 armas

de fogo de todas as qualidades e calibres, as quais, posteriormente, lhes vieram a ser apreendidas.

9 — COMPARAÇÕES SIGNIFICATIVAS

As condições de miséria rural a que fizemos referência tão aflitivas eram que as autoridades portuguesas só em anos mais recentes lograram minorá-las. Ainda em 1910, por exemplo, a peste bovina e a febre do Texas destruíram grande parte do gado que havia escapado às pilhagens dos Angunes (37, II, p. 46). Em 1913, a fome entre os Lhenguas chegou a dar origem a um movimento místico que se espalhou por todo o Sul do Save, movimento que se designou por «murimi» e que, na sua pureza original, se destinava a provocar a abundância. Nos comentários de Junod (37, II, p. 591) sobre os resultados do movimento, repassa a melancolia do fracasso e o fatalismo ecológico que esmagava os Tongas:

«Um ano passou. Depois outro ano passou. Os Tongas tiveram que se render à evidência: os campos não produziam mais do que dantes, na magra areia das colinas! Morria gente como outrora...»

Mas as dificuldades com que os nativos do Sul de Moçambique lutavam para poderem satisfazer as suas normais necessidades de subsistência ressaltam com mais evidência quando as comparamos com a situação desafogada de que gozavam os que povoavam os territórios que hoje constituem a República da África do Sul e os protectorados britânicos. Entre estes, a importância dos incentivos monetários foi, de início, limitada pelo facto de o passadio da maioria se encontrar regularmente assegurado pela produção de subsistência. A necessidade de rendimentos em dinheiro era restrita a propósitos não essenciais e de geração recente, como o pagamento de impostos — de resto muito reduzidos — e a aquisição de alguns artigos manufacturados; exactamente o contrário sucedia entre Tongas e Chopes, em que essa necessidade se identificava aos próprios instintos de conservação e de propagação da espécie, sob a forma de alimentos e de lobolos. É esta a razão por que Junod (37, II, p. 90), depois de aludir

às frequentes fomes que grassavam entre os Tongas, se apressa a admitir que «a possibilidade de ganhar dinheiro com que comprar arroz e milho são reais vantagens que os indígenas são os primeiros a reconhecer».

Em 1894, uma comissão (82, 1903, App. CLIII) nomeada numa das colónias em que então se dividia o território da actual República da África do Sul recebeu o encargo de estudar as causas da escassez crónica de mão-de-obra. Pois concluiu que essa escassez «era devida, em primeiro lugar e principalmente, ao facto de as tribos nativas africanas serem, na sua maioria, primitivas comunidades pastoris que gozavam de excepcionais facilidades para a satisfação plena e regular das suas necessidades primárias — e cujo nível económico era extremamente baixo». E, a determinada altura do relatório apresentado, acentuou que, para forçar o indígena a procurar trabalho por conta de outrem, um dos melhores processos era privá-lo das suas terras:

«A questão da obtenção de alimentos encontra-se, por conseguinte, intimamente ligada ao facto de os indígenas possuírem ou ocuparem vastas áreas de terra própria quer para a agricultura quer para a pecuária. Isto explica a atenção que, pelas testemunhas que depuseram, foi dada às modificações que se vêm alvitando em relação ao sistema de utilização da terra. A ocupação do país por europeus é demasiado recente para que tenha introduzido alterações profundas nas condições que governam a utilização da terra pelos indígenas. Por consequência, através de todo o território em causa, os nativos vivem, praticamente, sob as mesmas condições económicas em que se encontravam antes da chegada dos europeus. Em boa razão não se podem esperar transformações consideráveis nos seus hábitos industriais, antes que uma grande modificação em tais condições seja introduzida.»

É nessa, deliberada ou não, mas gradual e implacável, privação das suas terras de cultivo e pastagem, aliada ao aumento das necessidades económicas, que deve estar a razão por que a percentagem de nativos da África do Sul e protectorados ao serviço da indústria mineira do Rand foi, progressivamente, aumentando, ao passo que a dos naturais de Moçambique por

ela empregados — que em 1903 chegou a atingir quase 90 % — começou a diminuir.

No entanto, há, na história da África do Sul, pelo menos um episódio que pode comparar-se ao caso dos Tongas e Chopes, ainda que mais trágico. Referimo-nos à matança ritual de 150 000 cabeças de gado, em 1857, entre os Xhosas. Uma rapariga de 14 anos, Nongquase, regressou um dia à sua aldeia murmurando estranhas frases e afirmando que os espíritos acabavam de a visitar e lhe haviam deixado uma mensagem. Teria chegado a hora em que os Xhosas se iriam para sempre libertar da opressão dos homens brancos. Mas, antes, teriam de abater todo o seu gado e desfazer-se de todos os seus alimentos. Só então os espíritos se encarregariam de dar aos Xhosas uma prosperidade, uma abundância e uma liberdade jamais vistas. Krelî, o chefe supremo, acreditando na profecia, deu a terrível ordem. Os resultados foram fatais: 100 000 almas pereceram de fome. Em desespero, 100 000 homens válidos lançaram-se à procura, por toda a colónia do Cabo, de trabalho assalariado, como meio de aquisição de alimentos para si e para os seus.

Ainda outra comparação permite reforçar a nossa afirmação de que foram as desfavoráveis condições ecológicas e económicas, e não as pressões exercidas pelas autoridades portuguesas, como pretendeu, entre outros, Marvin Harris, que levaram os indígenas do Sul de Moçambique a lançarem-se tão rapidamente e em tão grande escala no trabalho emigratório: a W. N. L. A. fez, devidamente autorizada, em fins do século passado e princípios do actual, grandes esforços para recrutar mão-de-obra no Norte de Moçambique. Pois em 1903 (82, 1903, App. cXLVI) concluía-se que os resultados tinham sido quase estéreis. Em catorze meses os dez recrutadores europeus trabalhando no Norte de Moçambique conseguiram apenas 952 indígenas, enquanto os do Sul, de Fevereiro a Dezembro de 1902, tinham obtido 38 517. A razão deste fracasso atribuiu-a a Câmara das Minas, assaz superficialmente, ao facto de os «indígenas dessas regiões ainda não haverem beneficiado das influências civilizadoras que se têm estado a exercer, há séculos, sobre as tribos do sul».